

# De olho no Oriente



Na reunião de Seattle (acima) os EUA podem ter iniciado sua etapa "transpacífica"

## Kunda Dixit

**E**m novembro do ano passado, na reunião de cúpula de Seattle da Organização para a Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (Apec), os Estados Unidos reconheceram oficialmente o crescimento explosivo das economias asiáticas e os vínculos com a América do Norte ficaram finalmente formalizados.

A urgência de Washington em realizar esta reunião foi vista por analistas políticos como um indicador de que os Estados Unidos estão ansiosos para se desfazer da sua imagem *transatlântica* e iniciar uma nova etapa *transpacífica*.

A reunião da Apec e a cúpula do grupo dos sete países mais industrializados (G-7), em Tóquio, em julho passado, serviram para destacar a guinada estratégica na percepção que o Ocidente tem da Ásia.

As mudanças parecem ter sido determinadas mais por motivos econômicos do que por estímulos políticos ou de segurança, mas qualquer que seja a razão, os acontecimentos foram chamados pela imprensa regional como o começo do "Século do Pacífico". O Ocidente já não encara as

dinâmicas economias do Leste como meros mercados periféricos.

Agora, a região se transformou em uma locomotiva econômica que potencialmente pode ser capaz até de empurrar as economias ocidentais e tirá-las da sua atual estagnação.

**Europa versus América do Norte** – Analistas asiáticos sentem que os Estados Unidos, confrontados com os blocos comerciais e depois de sofrer reveses políticos na Europa durante 1993, tinham urgência em se aproximar da Apec para pressionar o Velho Continente e garantir um mercado rentável, em especial depois da incerteza que envolveu as negociações multilaterais do Gatt (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) durante quase todo o ano passado.

A maioria dos governos da Ásia oriental foi para a reunião de Seattle com profundos temores. O primeiro-ministro malaio Mahatir Mohammad foi quem mais resistiu. Chegou a boicotar a reunião de cúpula, acusando a Apec de ter ofuscado a Comissão Econômica do Leste Asiático (CEEA), uma organização que excluiu a América do Norte e a Austrália das discussões.

*O inusitado crescimento da Ásia oriental, que inclui quatro países comunistas, pode levar o Ocidente ao paradoxo de apostar nessa região como a única opção real para sair da recessão*

Outros defenderam que a Apec – que inclui a Austrália, Brunei, Canadá, China, Filipinas, Cingapura, Formosa, Tailândia e Estados Unidos (México e Papua-Nova Guiné se integraram em Seattle) – estreitaria vínculos sem necessidade, entre as economias asiáticas e as da América do Norte, afetando suas relações comerciais com a Europa.

"A Ásia oriental não deseja ser usada pelos norte-americanos contra a Europa, e tem fortes razões para manter o sistema de comércio internacional atual, do qual a Europa é uma parte importante", assinalou Jusuf Wannadi, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Jacarta, Indonésia.

**Disciplina em vez de democracia** – A reunião da Apec em Seattle serviu também para destacar como é cada vez mais importante não falar da Ásia como se fosse um continente monolítico. Até agora os rápidos *tigres* do Leste têm deixado para trás os dinossauros políticos e econômicos da parte continental.

Os países emergentes do Sul da Ásia, porém, agora esquecidos ex-bastões dos anos da Guerra Fria, ainda estão tentando se democratizar. Há si-



**A Apec reúne atualmente 17 países: Estados Unidos, China, Japão, Canadá, México, Austrália, Malásia, Filipinas, Cingapura, Formosa, Tailândia, Nova Zelândia, Coréia do Sul, Indonésia, Brunei, Papua-Nova Guiné e Hong Kong (o Chile está entrando este ano)**

mento como prova de que o (por eles chamado) *autoritarismo capitalista* funciona, e acusaram o Ocidente de tratar de impor seu conceito de liberdade aos asiáticos.

“O que um país necessita desenvolver é disciplina mais do que democracia. A exuberância da democracia leva a criar condições desordenadas que afetam o desenvolvimento”, assinalou o arquiteto do milagre econômico de Cingapura, Lee Kwan Yew, em uma visita a Manila, Filipinas.

O ano de 1993 mostrou que, embora muitos países asiáticos tenham conseguido um alto nível de renda sacrificando liberdades individuais, o surgimento de uma classe média forte tem estimulado as reivindicações por reformas democráticas.

**As mudanças políticas** – Os japoneses chegaram a um ponto tão alto de saturação com a corrupção que decidiram terminar com o governo de um partido que administrou o país por 40 anos, apostando em um novo dirigente: Morihiro Hosokawa. O primeiro-ministro, contudo, se viu obrigado a renunciar, a princípios de abril, após denúncias envolvendo-o em corrupção.

Também no ano passado, a Coréia do Sul elegeu um civil como presidente em suas primeiras eleições verdadeiramente livres. O novo presidente, Kim Young Sam, imediatamente lançou um programa para acabar com a legislação autoritária que vigorou no país durante décadas.

Na milionária Formosa, o pequeno território ocupado por empresários de origem chinesa que acumularam uma das maiores reservas de divisas estrangeiras do planeta, o desejo popular de transformações forçou o Kuomintang, o partido do governo, a realizar uma profunda autocrítica.

Na Tailândia, o novo governo civil do primeiro-ministro Chuan Leek-pai, surgido do levantamento popular antimilitar no ano passado, se consolidou

nais, no entanto, que são promissores: as eleições gerais no Paquistão foram as mais limpas da sua história e enfraqueceram o poder dos extremistas militares e religiosos.

A pouco convincente democracia da Índia mostrou que ainda podia provocar surpresas, quando os eleitores depuseram o direitista Partido Bharatiya Janata e deram ao governante Partido do Congresso uma palavra nas eleições parciais, em outubro do ano passado. As reformas por via sumária, do primeiro-ministro Narasimha Rao, mostraram novos resultados.

Em 1993 se tornou evidente outro grande problema da Ásia, quando os países se preparavam para a Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena, que foi realizada em junho.

Os governos que acreditam que o princípio da democracia e do respeito aos direitos são valores universais se chocaram com os que defendem existir um “estilo asiático” de organização política, que coloca como prioridade os direitos coletivos sobre a liberdade individual.

Os governos dos países industrializados do Leste da Ásia mostraram sua ofuscante riqueza e acelerado cresci-

apesar dos problemas que enfrentou inicialmente.

Os processos de abertura democrática na Ásia parecem mostrar que nesta região só depois que um país tenha alcançado um certo nível de renda, através da gestão de governos autoritários, o poder cede e pode dar ao povo mais espaço democrático.

Cingapura pode estar próxima a realizar algumas reformas políticas e a Malásia e Indonésia, teoricamente, também podem começar a mudar sua "democracias guiadas". Funcionários desses países etnicamente diversos dizem estar preocupados com os perigos de uma democracia como a praticada na Índia e Filipinas, às quais culpam pela estagnação econômica e lutas entre as diversas comunidades.

"Há países que abraçaram a democracia liberal do Ocidente sem críticas, até o ponto de paralisar o próprio governo", advertiu Anwar Ibrahim, o poderoso ministro das Finanças da Malásia, que é visto por muitos como o sucessor de Mahatir.

**Regimes comunistas** – Apesar do impressionante crescimento do Leste da Ásia, o que parece incomodar Washington é que a região conta com quatro dos cinco países comunistas que ainda existem no planeta. Mesmo levando em conta que sua presença militar é cada



Cingapura: acelerado desenvolvimento econômico em um regime autoritário

vez mais reduzida na região, os Estados Unidos ainda mantêm bases na Coreia do Sul e Japão para vigiar possíveis pontos conflitivos.

Um desses pontos é a Coreia do Norte, onde até o ano passado Washington ainda oferecia ajuda e reconhecimento em troca de que o governo de Piongueiangue suspendesse seus planos de construir armas nucleares. Nos últimos tempos, o clima de tensão entre os dois países tem se agravado, devido, por um lado, à proposta de Washington de enviar mísseis Patriot para a Coreia do Sul e, por outro, à recusa do governo norte-coreano em abrir suas instalações nucleares à inspeção internacional.

Embora os Estados Unidos tenham levantado em parte o embargo comercial e de investimentos para permitir empréstimos ao Vietnã, ainda não parece plenamente decidido a desculpar Hanói pela derrota que lhe impôs há 20 anos. Um grupo de pressão, que exige que os Estados Unidos divulguem o número real de prisioneiros que o Vietnã capturou (POW, Prisoners of War) e a quan-

tidade de desaparecidos em combate, os chamados *MIA (Missed on Action)*, tem sido até agora decisivo para impedir uma maior abertura norte-americana em relação ao Vietnã.

A própria história pessoal do presidente Bill Clinton, que escapou ao recrutamento para não lutar no Vietnã, conspira contra uma maior aproximação no momento.

O Vietnã obteve a promessa de créditos no valor de 1,6 bilhão de dólares em uma reunião realizada em Paris com investidores, em novembro passado e o país parece se encaminhar rumo à retomada do crescimento econômico.

Washington, ao mesmo tempo, renovou a condição da China de nação mais favorecida no intercâmbio econômico por um período de mais um ano, mas tem pressionado Beijing em temas como as vendas de mísseis ao Paquistão, venda de armas químicas ao Irã, violação dos direitos humanos, as negociações com o Tibete e o uso dos presos como mão-de-obra na fabricação de produtos de exportação.

Apesar de ter perdido a disputa pela sede dos Jogos Olímpicos do ano 2000, a China se negou a fazer concessões. A reunião entre o presidente chinês Jiang Zemin e Bill Clinton em Seattle parece ter convencido Washington de que as táticas de pressionar não funcionam com Beijing e desde então tem moderado o tom de seu discurso.

Mas a guerra de palavras entre a China e o governador de Hong Kong, Chris Patten, continua tão ácida como sempre, enquanto se preparam as negociações sobre o futuro político da colônia britânica quando o território for devolvido ao governo chinês em 1997. ■



O objetivo da Apec é fomentar a cooperação multilateral entre países da Ásia e Pacífico